

JUSTIÇA MILITAR

Portal do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada / Áreas do Direito

Data da atualização: 31.03.2025

LEGISLAÇÃO FEDERAL	
LEGISLAÇÃO	EMENTA
<u>Lei nº 13.491, de 13 de outubro de 2017</u>	Altera o Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 - Código Penal Militar.
<u>Lei nº 12.505, de 11 de outubro de 2011</u>	Concede anistia aos policiais e bombeiros militares dos Estados de Alagoas, de Goiás, do Maranhão, de Minas Gerais, da Paraíba, do Piauí, do Rio de Janeiro, de Rondônia, de Sergipe, do Tocantins, da Bahia, do Ceará, de Mato Grosso, de Pernambuco, do Rio Grande do Norte, de Roraima, de Santa Catarina, do Amazonas, do Pará, do Acre, de Mato Grosso do Sul, do Paraná e do Distrito Federal. <u>(Redação dada pela Lei nº 13.293, de 2.016)</u>
<u>Lei nº 12.432, de 29 de junho de 2011</u>	Estabelece a competência da Justiça Militar para julgamento dos crimes praticados no contexto do art. 303 da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 - Código Brasileiro de Aeronáutica, alterando o parágrafo único do art. 9º do Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 - Código Penal Militar.

LEGISLAÇÃO ESTADUAL	
LEGISLAÇÃO	EMENTA
<u>Lei nº 8.005, de 25 de junho de 2018</u>	Altera a lei nº 6499 de 06 de agosto de 2013, que concede anistia administrativa aos militares estaduais.
<u>Lei nº 7.554, de 17 de abril de 2017</u>	Dispõe sobre alteração da lei nº 7289 de 30 de maio de 2016 que versa sobre o estatuto da polícia militar do estado do rio de janeiro.

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria Geral de Gestão do Conhecimento

Departamento de Gestão do Conhecimento Institucional
Divisão de Organização de Acervos do Conhecimento

Pesquisa elaborada e disponibilizada pelo Serviço de Captação e Estruturação do Conhecimento

Para sugestões, elogios e críticas: seesc@tjrj.jus.br